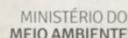


CAPACITAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APA DE GUADALUPE, PERNAMBUCO

MÓDULO III - PRÁTICO

PLANO DE AÇÃO

ABRIL 2022



Desenvolvedor:



Realização:





PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS MARINHAS E COSTEIRAS – Projeto GEF-Mar

Grupo Banco Mundial

Global Environment Facility (GEF)

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

Governo do Estado de Pernambuco

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Ministério do Meio Ambiente

Governo Federal

CAPACITAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA DE GUADALUPE, PERNAMBUCO

REALIZAÇÃO

Área de Proteção Ambiental de Guadalupe

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

Governo do Estado de Pernambuco

DESENVOLVIMENTO

Instituto SIADES- Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável

(Prestação de serviços de consultoria - Contrato n. 112/2021)

EQUIPE DESENVOLVEDORA DO PROJETO

Coordenadora Geral: Amanda Silveira Carbone

Conteudista: Samia Nascimento Sulaiman

Facilitadora: Sonia Maria Viggiani Coutinho

Apoio: Samella Marinho

GRUPO TÉCNICO/GESTOR DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH)

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

“Este trabalho foi elaborado com recursos do Termo de Compromisso com o IBAMA SEI 1777032 como parte da compensação ambiental para adequação das plataformas marítimas de produção da Petrobrás em relação ao descarte de água de produção, conforme conteúdo constante do Processo IBAMA 02001.000128/2018-26.”



SUMÁRIO

Estrutura de um plano de ação: planejamento, execução, monitoramento e avaliação	6
Estrutura e elaboração de um plano de ação do Conselho	10
Transformação de propostas em projetos realizáveis e elaboração de projetos para captação de recursos	20
Referências bibliográficas	26



Apresentação

Esta apostila é parte do projeto de Capacitação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, Pernambuco, conforme Contrato celebrado entre o Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) e o Instituto SIADES - Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável (Contrato nº 112/2021).

A APA de Guadalupe é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada pelo Decreto Estadual nº 19.635/1997. Considerando a recente renovação das instituições que fazem parte do Conselho Gestor da APA, composto por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil, torna-se necessária a capacitação dos conselheiros, na busca pelo fortalecimento de suas competências e habilidades para a gestão compartilhada da APA de Guadalupe.

A capacitação dos conselheiros é prevista na Lei Estadual nº 13.787/2009, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC (Art. 35): “caberá ao órgão gestor do Sistema a iniciativa de estimular a gestão participativa das unidades de conservação e promover a capacitação e intercâmbio entre os gestores”.

O Conselho Gestor tem um papel fundamental na gestão participativa da APA e das Unidades de Conservação (UC) em geral. Sua competência passa, por exemplo, pelo acompanhamento da implementação do plano de manejo e do orçamento da APA, proposição e apoio ao desenvolvimento de ações e a busca pela compatibilização de interesses diversos (como aponta o Decreto Federal nº 4.340/2002, que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e também apresenta as competências dos conselhos de UC e também o próprio Decreto Estadual nº 21.135/1998 que cria o Conselho Gestor da APA de Guadalupe).

Esta capacitação é composta por **quatro módulos (total de 32 horas)** (quadro 1). Esta apostila se refere ao conteúdo do Módulo III desta capacitação.



Módulo I	Módulo II	Módulo III	Módulo IV	
Oficina I 8h	Oficina II 8h	Oficina III 8h	Oficina IV 4h	Oficina V 4h
Conceitual	Comportamental	Prático	Metodologias de monitoramento das ações do Conselho Gestor	
<ul style="list-style-type: none">- Conceitos básicos sobre conservação da biodiversidade e planejamento ambiental;- Por que criar espaços protegidos?- Áreas protegidas no Brasil e Unidades de Conservação/SNUC e SEUC;- Instrumentos de gestão de UCs: Plano de Manejo e Zoneamento;- Informações gerais sobre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com foco nas APAs;- Contexto da APA de Guadalupe - aspectos técnicos e legais- Potencialidades e desafios para o desenvolvimento sustentável na APA de Guadalupe- Gestão para resultados e ciclos de gestão.	<ul style="list-style-type: none">- Cidadania, participação, organização comunitária e representatividade na gestão de UCs- Conselho Gestor: definições, importância e competências;- Pilares do conselho- Funcionamento do Conselho Gestor- Conselho Gestor e Competências dos conselheiros;- Habilidades essenciais e perfil de um conselheiro;- Estratégias de comunicação e mobilização social- Desafios comuns nas práticas de gestão participativa- Gerenciamento de conflitos- Vivências de solução de problemas em grupo;- Situação vivenciada nos exercícios x situações vivenciadas nos conselhos gestores (estudos de caso)	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura de um plano de ação: planejamento, monitoramento e avaliação e execução- Elaboração do Plano de Trabalho do Conselho- Transformação de propostas em projetos realizáveis e elaboração de projetos para captação de recursos	<ul style="list-style-type: none">- Metodologias de monitoramento das ações do conselho- Papel do conselho gestor na avaliação do orçamento da APA- Metodologia para avaliação do orçamento destinado a UC pelo Órgão Gestor- Como avaliar o orçamento da UC	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação e Avaliação dos produtos produzidos pelas oficinas anteriores- Encaminhamentos para a consolidação e início dos trabalhos do conselho gestor.



Estrutura de um plano de ação: planejamento, execução, monitoramento e avaliação

O plano de ação materializa um caminho que nos orienta para que alcancemos nossos objetivos. Nele devem estar bem claros os resultados que desejamos alcançar em cada ação planejada. Significa, portanto, organizar o trabalho e os recursos necessários para delimitar o caminho que devemos percorrer. O objetivo, dessa forma, é chegar a uma situação desejada a partir da situação atual existente.

O Plano de Ação do Conselho Gestor da APA de Guadalupe é um planejamento de atividades, a serem realizadas no curto ou médio prazo (1 ou 2 anos) associado ao mandato dos conselheiros, tendo como objetivo apresentar as prioridades de ação para a gestão da UC.

O plano de ação pode ser simples e prático considerando:

- **Definição de prioridades:** conhecer a realidade, mapeando potencialidades e recursos, habilidades pessoais e coletivas, bem como urgências, ações de maior relevância e impacto, ou ações simples e de rápido alcance, é um caminho significativo para se selecionar e priorizar ações e/ou projetos a serem desenvolvidos.
- **Divisão de responsabilidades:** envolver mais pessoas no processo é fundamental para que o trabalho seja mais ágil e dinâmico, sem sobrecarregar as lideranças ou poucas pessoas, assim como aproveitar as habilidades pessoais e fomentar o pertencimento e protagonismo de todos os envolvidos.
- **Prazos para cada ação:** estabelecer prazos é importante para manter o foco e o andamento das atividades do grupo, bem como evitar que o processo seja interminável, tenha resultados insatisfatórios e desmobilize o grupo.
- **Flexibilidade:** permitir mudanças nas estratégias ao longo do processo pode ser fundamental para que o trabalho continue e o grupo permaneça unido, desde que não se perca o foco e os objetivos do grupo.
- **Resultados esperados:** definir o que se espera alcançar, por meio de indicadores que permitam mensurar se os resultados foram alcançados (ou por que não foram) colabora para avaliação contínua, o aprimoramento do processo e a motivação dos participantes.



Para a criação de um plano de Ação, sugerimos algumas perguntas norteadoras que podem organizar o processo (CURITIBA, 2002, ICMBio, 2014):

- **Onde estamos?**

Aqui será o momento de entender a situação atual. É fundamental realizar um diagnóstico e considerar estudos e levantamentos anteriores para se desenhar com clareza a realidade em que se encontra.

- **O que queremos alcançar?**

A resposta vai indicar os objetivos que orientam o trabalho do grupo e os mobiliza a agir. Se o grupo, ou mesmo um de seus integrantes, sugerir uma ideia que não tenha como ser viabilizada neste momento, ela não precisa ser descartada, mas sim "colocar no estacionamento", deixando-a anotada num item do próprio plano de ação, para ser pensada e desenvolvida em momento oportuno.

O que nos motiva para a ação?

Certa vez um padre jovem decidiu convidar seus fiéis para quebrar pedras. Seu objetivo era construir um templo. Os fiéis vinham, trabalhavam algumas horas e não voltavam mais. O templo não saía do lugar e o sacerdote foi desanimando, até pedir para ser transferido do local. Em seu lugar veio um padre com mais experiência. Poucos meses depois, correu a notícia nas redondezas de que o templo, construído em mutirão, estava quase pronto. O padre jovem não acreditou e foi visitar a comunidade. Encontrou todos seus antigos fiéis quebrando pedras, dia após dia, cantarolando. Ele se aproximou de um e perguntou: "Seu José, por que antes, quando convidei, você veio, quebrou umas poucas pedras, com a cara feia, e foi embora para nunca mais voltar? Agora vejo você aqui há dias fazendo esse mesmo serviço!". Seu José respondeu, sorrindo: "Seu padre, agora é diferente. O senhor tinha me convidado para quebrar pedras. O padre que chegou depois nos convidou para construir uma catedral".



Fonte: Curitiba, 2002, p. 29.



• Por quê? Para quê?

Ter definida a justificativa, a relevância, os desdobramentos que a ação promoverá é fundamental para demarcar a importância de se realizar o plano de ação e os resultados e os benefícios que serão entregues à comunidade.

• Ações/Tarefas

É a mão na massa. É fundamental definir e desenhar as atividades, atitudes, ações que precisam ser realizadas e de que maneira, passo a passo, para que se possa alcançar os objetivos resultados esperados. É a parte prática, o passo a passo para passar da realidade atual para a concretização do sonho.

• Quem?

Com a definição das ações, cabe indicar quem serão os responsáveis pela sua realização. É o momento de envolvermos todos os integrantes e todos os parceiros no processo colaborativo, organizando atribuições e responsabilidades. Quais as pessoas, instituições e parceiros serão responsáveis pela implementação das ações?

• Quando? Em quanto tempo?

Definir o tempo de realização e entrega de cada tarefa/ação auxilia no monitoramento do plano de ação. Definir prazos, portanto, fortalece a avaliação do processo (o que está dando certo? O que não está funcionando? Como corrigir?) e a motivação necessária para prosseguir.

O que queremos alcançar?	Por quê?	Ações e Tarefas	Quem?	Quando?
Cidadania: Queremos que todos os moradores do Jardim Savana tenham documentos básicos com certidões de nascimento, casamento e identidade. (curto prazo)	Porque é um direito de todo cidadão e vai facilitar a vida das pessoas na hora de conseguir um emprego, matricular-se na escola, etc.	1. Fazer um levantamento das pessoas que não têm documentos. 2. Verificar a possibilidade de liberação da taxa. 3. Conseguir um fotógrafo. 4. Marcar um dia especial quando uma condução os levará até o local escolhido para fazer a identidade.	Mauro Cláudia Maria Cecília Cláudia Maria Cecília	Até o final de Abril Maio Maio Junho
Cidadania: Desenvolver nos moradores a consciência de seus direitos e deveres como cidadãos. (longo prazo)	Porque é importante para a construção da autoestima e para o crescimento pessoal.	1. Criar oportunidades para discutir o assunto nas reuniões do Clube das Mães. 2. Trabalhar este tema com as crianças na catequese.	Luís Joana	Nos próximos dois anos. Até o final do ano.

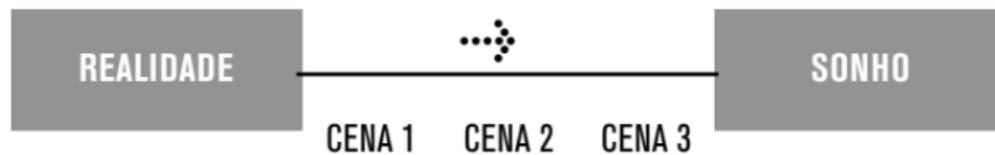
Figura 1. Exemplo de Planos de Ação de curto e longo prazo, respectivamente.

Fonte: Curitiba, 2002, p. 49.



Plano de ação colaborativo

Conforme o guia “Elaboração de plano de ação em Unidades de Conservação”, produzido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) (IBASE, 2006), o plano de ação é o caminho entre a realidade presente (entendida por meio de um diagnóstico) e o sonho, ou o lugar onde se deseja chegar no futuro. Para se avançar de um ponto a outro (realidade - sonho) é preciso traçar um caminho. Esse caminho é um cenário composto de várias cenas, ou objetivos intermediários que se pretende alcançar em um determinado período de tempo.



Fonte: Ibase (2006).

Em 2018, o Instituto SIADES realizou o projeto "Conexões da Mata Atlântica: uma rede de oportunidades para a conservação", com o objetivo de sensibilizar, conscientizar e mobilizar as comunidades do entorno de duas Unidades de Conservação no município de Santo André, em São Paulo, para a formação de coletivos ambientais. Nesse processo, foi formado o coletivo ambiental "Amigos do Pedroso" para apoiar ações de proteção, conservação e preservação dos recursos naturais no Parque Natural Municipal do Pedroso.

O Coletivo, formado por moradores antigos da região, apresentou uma memória afetiva com o parque e o interesse de dar visibilidade à história dele e valorizar a história e talentos de seus integrantes. Dessa forma, desenhou-se como plano de ação o evento "Talentos do Pedroso" com a realização, num sábado de manhã no parque, de oficinas de artesanato local e compostagem e uma exposição fotográfica com acervo oficial e pessoal dos participantes. Os banners da exposição são expostos de forma itinerante em escolas, unidades de saúde, bibliotecas do município e o coletivo ambiental tem atualmente representantes no Conselho Gestor do parque.



Plano de ação do coletivo ambiental "Amigos do Pedroso"

PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO PEDROSO, SANTO ANDRÉ, SP



Estrutura e elaboração de um plano de ação do Conselho

O plano de ação do Conselho gestor da APA de Guadalupe pode ser elaborado a partir das respostas a algumas perguntas, conforme vimos (ICMBio, 2014, CURITIBA, 2002):

Onde estamos?

O diagnóstico da situação atual da APA de Guadalupe pode ser realizado a partir de várias fontes, entre elas o Plano de Manejo, que é um documento técnico que deve ser elaborado a partir de um diagnóstico aprofundado do meio físico, biológico e social. Ele é o ponto de partida para se ter efetividade no Plano de Ação. O Plano de Manejo da APA de Guadalupe foi revisto em dezembro de 2017 (Portaria Estadual no 196/2017).

Além desse documento, temos a publicação “Educando entre Águas: o convívio entre vida natural e humana na área de proteção ambiental (APA) de Guadalupe” (SULAIMAN et al., 2018), elaborada em 2018 que contou com revisão de diversos materiais e oficinas participativas sobre temas e problemas, potencialidades e fragilidades da APA.

Podem também ser considerados os resultados de dinâmicas anteriores realizadas com o Conselho Gestor como dinâmica do “Muro das lamentações” (Quadro 1), realizada no Módulo 1 deste curso, que levantou problemas e questões enfrentadas pela APA, bem como realizar atividades novas com essa finalidade.



Quadro 1. Problemas e questões a serem enfrentadas na APA de Guadalupe.

Muro das lamentações
<ul style="list-style-type: none">- Implantar o ZATAN e monitorar as ações (ordenamento náutico)- Articulação entre prefeituras- Queimadas clandestinas e criminosas ou irregular e desordenada (na produção de cana-de-açúcar, queima de lixo pela população e para abrir área para alimentação dos cavalos com capim)- Limitação do acesso público às praias Carneiros, Mamucabinhas e Guadalupe- Descarte inadequado de lixo (pontos viciados)- Desmatamento de restingas, manguezais, área de Reserva Legal- Pesca predatória (espécies ameaçadas como a camboa, uso de explosivos, água sanitária para pesca de polvo e redinha para caranguejo)- Falta de autonomia, recursos e equipe na Secretaria de Meio Ambiente- Impacto das lanchas nas áreas de berçário dos manguezais- Especulação e expansão imobiliária (aterro de APP, erosão da costa, supressão das restingas, com impactos sobre peixes, a pesca e o habitat natural das abelhas)- Turismo desenfreado e desordenado, com impactos no capim-agulha e no descarte inadequado de resíduos- Alteração no período reprodutivo das tartarugas marinhas e falta de proteção e monitoramento de áreas de desova- Falta de ações contínuas e amplas de educação ambiental- Saneamento insuficiente (esgoto doméstico lançado sem tratamento, dejetos de carnicultura, descarte irregular de vinhaça, falta de coleta seletiva estruturada, má qualidade da água em alguns municípios, como Rio Formoso, períodos de falta de água, principalmente no verão, impacto da captação de água para o parque aquático Acquaventura)- Falta de energia na alta temporada- Impactos do porto de Suape nas correntes marítimas, pesca e erosão-Fiscalização e monitoramento do uso do solo <p>Fonte: Dinâmica participativa realizada no Módulo 1 deste curso realizado em 23/11/2021.</p>

Assim como o levantamento retrospectivo das ações e conquistas que fazem parte da Linha do tempo da APA de Guadalupe (Figura 2) que foi construída de forma participativa no Módulo 2 deste curso.



LINHA DO TEMPO DA APA DE GUADALUPE

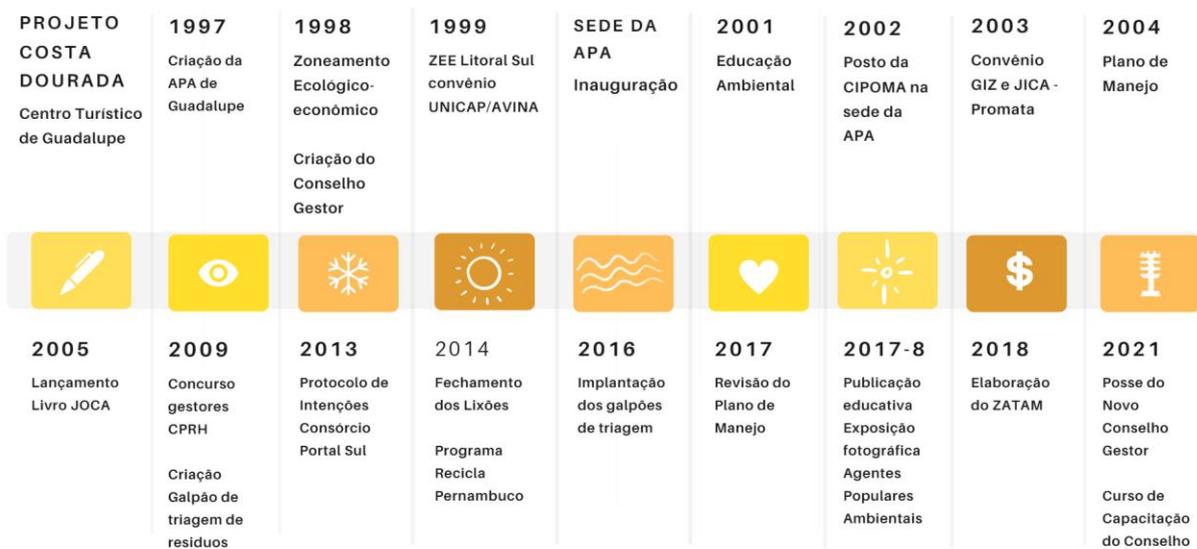


Figura 2. Marcos importantes na história da APA de Guadalupe.

Fonte: Dinâmica participativa realizada no Módulo 2 deste curso realizado em 23/03/2022.

• O que queremos alcançar?

Considerando o contexto da APA de Guadalupe e as atribuições do Conselho Gestor, o que queremos alcançar? Quais os desafios/oportunidades que a UC precisa lidar ao longo do ano ou do mandato dos conselheiros?

O plano de manejo traz muitas demandas que devem ser consideradas no desenho do Plano de Ação. Tão importante quanto é saber os interesses, desejos, sonhos da população e dos setores representados no Conselho Gestor da APA, como foi levantado na dinâmica “Árvores dos Sonhos” (Quadro 3), realizada no Módulo 1 deste curso.

Quadro 3. Ações e objetivos a serem alcançados na APA de Guadalupe

Árvore dos sonhos
<ul style="list-style-type: none">- Implementação e expansão da educação ambiental formal e não-formal- Captação de recursos- Ordenamento nas faixas de praia- Plano de recuperação dos ambientes recifais/ecossistemas marinhos- Fiscalização efetiva com autonomia e independência- Implementação das agendas municipais de resíduos, de forma integrada e regional e com instrumentos econômicos- Mais áreas verdes nas áreas urbanas (espaços públicos, praças, hortas comunitárias) e planos de arborização nos municípios



- Expansão do saneamento adequado nos municípios (cobertura de 100%)
- Fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APLs), como apicultura, artesanato, agroflorestal, produção de mudas, gastronomia local
- Incentivo à prática de esporte aquático e de aventura
- Programas de incentivo para a juventude, visando a diminuição do êxodo juvenil (sucessão familiar na profissão e manutenção das práticas culturais locais)
- População 100% consciente de suas obrigações e direitos
- Vontade política
- Maior suporte técnico e financeiro na APA
- Valorização do nome da APA de Guadalupe no território
- Acabar com as queimadas irregulares e o desmatamento
- Fortalecer a relação e parceria entre a APA de Guadalupe e APA Costa dos Corais
- Fortalecer a relação das duas APAs com os Comitês de Bacia
- Incentivo e capacitação ao Turismo de Base Comunitária
- Turismo de praia e sol (de massa) ordenado
- Campanha eficaz para inibir a alimentação dos peixes
- Implementação do projeto Orla para cada município
- Capacitação para os agricultores para agroflorestal e boas práticas agrícolas, não-uso de agrotóxicos
- Proteção e recuperação de nascentes
- Campanhas de conscientização ambiental para turistas e veranistas
- Incentivo às trilhas ecológicas
- Incentivo/ resgate do turismo histórico, rural e cultural
- Incentivo e valorização da agricultura familiar orgânica
- Implantação da Resex Rio Formoso
- Valorização da pesca artesanal
- Implementar o ZATAN

Fonte: Dinâmica participativa realizada no Módulo 1 deste curso realizado em 23/11/2021

• Por quê? Para quê?

A APA de Guadalupe é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável e tem como objetivos básicos “proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável” (art. 2º do Decreto Estadual no 19.635/1997). Além dos seus objetivos de criação, há de se considerar as demandas, expectativas e sonhos da população e dos setores representados no Conselho.

• Ações/Tarefas - Como ter um Plano de Ação efetivo?

O Plano de Ação é mais efetivo se for orientado pelo Plano de Manejo e demais instrumentos de gestão da UC. Na ausência desses instrumentos, o Plano de Ação deve observar os objetivos



de criação e os desafios de gestão da UC. Deve considerar também temas de interesse dos setores representados no Conselho.

Mas o plano de ação precisa ser prático e focado. Para isso, é importante avaliar, para cada objetivo que se quer alcançar, quais aspectos dificultam a gestão da Unidade e quais facilitam seu funcionamento para definir o que é mais importante e urgente e desenhar as ações e tarefas para sua realização.

Como material para iniciarmos nosso Plano de Ação, trazemos a seguir alguns resultados do Trabalho em Grupo da Oficina de Planejamento - Programas de Ações para APA de Guadalupe Tamandaré – PE 08.07.2011 - Revisão Plano de manejo (Quadro 4), que possuem ações e objetivos indicados como de responsabilidade do Conselho Gestor e outros parceiros.

Quadro 4. Ações e objetivos de responsabilidade do Conselho Gestor e outros parceiros.

Objetivos/ Ações Revisão Plano de Manejo (2011)

- Fortalecer o conselho gestor (Criar comissão no conselho gestor de monitoramento, elaboração de projetos e captação de recursos)
- Desenvolver a articulação institucional para fomento da gestão da APA (Captar novas tecnologias para fomentar a gestão da APA através de convênios, buscando consolidar uma base produtiva sustentável)
- Divulgar a marca da APA no território (Desenvolver programa de comunicação social para divulgar a marca da APA utilizando recursos como: 1. Implantar stand; 2. Divulgação de materiais informativos em equipamentos turísticos; 3. Sinalizações; 4. Placas; 5. Formação de grupos de guias turísticos)
- Desenvolver a educação ambiental em prol da sustentabilidade da APA (Articular com escolas, comércio, empreendimentos do setor turístico, organizações religiosas, sociais e tradicionais, com destaque para as populações quilombolas, ações de educação ambiental direcionadas a sustentabilidade da APA)
- Viabilizar financeiramente as ações de monitoramento, fiscalização e estruturação da APA (Criação de mecanismos de sustentação financeira para continuidade das ações de fiscalização – Criação de Grupo de Trabalho do Conselho Gestor para identificar oportunidades de obtenção de recursos materiais (financeiros e humanos) para ampliar as ações de fiscalização e monitoramento)
- Fornecer base para direcionamento da fiscalização e permitir o monitoramento integrado da conservação ambiental da APA (Confecção e manutenção de Sistema de Informações Geográficas (SIG) para registro de ocorrências: denúncias, operações de fiscalização, fatos observados e/ou notificados.)
- Monitorar ambientes recifais (Realização de cursos de capacitação de atores locais para monitoramento dos recifes, de acordo com o estabelecido pelo “Reef Check Brasil”)
- Ampliar a área de preservação no interior da APA, propiciando as atividades de pesquisa,



educação ambiental e ecoturismo.(Incentivo à criação de Unidades de Conservação (UC), identificando e propondo a criação de UC de Proteção Integral e mobilizando e incentivando proprietários à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

-Sensibilizar e capacitar atores locais para a conservação dos ambientes recifal, estuarino e de praia. (Realização de capacitações para conduta consciente em ambientes recifal, manguezal e de praia, com atores locais.)

-Proteger a biodiversidade local.Permitir monitoramento e controle de espécies exóticas. Estimular o cultivo de espécies nativas da fauna e flora. (Instituição do licenciamento de cultivo de espécies exóticas, levando em consideração o potencial invasor e o impacto sobre a diversidade local e a necessidade de estabelecimento de zona de amortecimento monitorada no entorno das áreas de cultivo).

-Ampliar a área com cobertura vegetal, proteger a biodiversidade.(Estímulo e apoio a averbação das reservas legais das propriedades rurais da APA, incentivando e monitorando sua recuperação e priorizando, na delimitação das suas áreas, a possibilidade de estabelecimento de corredores ecológicos entre os fragmentos florestais e as áreas de preservação permanente.)

-Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade local e permitir sua conservação.(Pesquisa e Extensão - Estabelecer parcerias com Universidades e outros centros de pesquisa para realização de diagnósticos da biodiversidade e estudos de técnicas de conservação e recuperação ambiental).

-Viabilizar a restauração de áreas importantes para a conservação ambiental.(Identificar áreas prioritárias para restauração ambiental, com ênfase àquelas protegidas por lei e estratégicas para estabelecimento de corredores ecológicos, aptas a receberem projetos de compensação/reposição florestal, mediante termo de compromisso do proprietário com a sua manutenção).

Depois de levantar as ações que se quer realizar, será importante priorizar temas para que o trabalho seja focado e efetivo.

Para isso, podem ser estabelecidos alguns critérios (Figura 3), como: Grau de facilidade, Grau de urgência, Capacidade humana e Recursos financeiros. Os critérios podem ser definidos pelo Grupo participante/Conselho Gestor.

Priorizando temas para o Plano de Ação: Análise multicritério

Objetivo: permite criar um quadro estruturado para comparação de um conjunto de opções de ações, por meio de um número de diferentes critérios e pesos, para que sejam priorizadas as ações.



Opções de ações	Critério 1 URGÊNCIA	Critério 2 FACILIDADE	Critério 3 CAPACIDADE HUMANA	Critério 4 RECURSOS FINANCEIROS	<u>Total</u> <u>pontuação</u>
Ex: Fortalecer conselho gestor	4	4	3	2	<u>13</u>

Pontuação: 0 a 4, sendo 4 a mais alta

Figura 3. Modelo de tabela multicritério para priorização de ações do Plano de Ação.

Fonte: Elaboração própria.

• Quem?

Pode ser útil fazer o exercício de mapear as instituições envolvidas com a gestão da APA para facilitar a identificação de como cada uma, por meio de seus representantes, pode contribuir para a execução do plano de ação em elaboração.

Para isso, podem ser utilizadas ferramentas como a Matriz de setores e instituições (Quadro 5) e o Diagrama de Venn (Quadro 6) (ICMBio, 2014).



Quadro 5. Matriz para mapeamento de setores e instituições de uma Unidade de Conservação.

Mapeando os setores e instituições envolvidas - Matriz de Setores e Instituições

A matriz deve ser preenchida com as instituições que atualmente representam cada setor usuário ou regulador dos usos do território.

Exemplo de Matriz de Setores e instituições envolvidas com a Unidade de Conservação.

Setores (usos e regulação dos usos do território)	Instituições Representativas dos Setores			
	Poder Público <i>(órgãos municipais, estaduais e federais)</i>	Usuários do Território <i>(empresas, associações locais, sindicatos, comunidades tradicionais etc)</i>	ONGs e outras organizações da sociedade civil <i>(ongs, órgãos de classe, igrejas etc)</i>	Ensino, Pesquisa e Extensão <i>(universidades, centro de pesquisa etc)</i>
A Agricultura	Secretaria municipal de agricultura EMATER	Associação de Produtores Agrícolas		
B Extrativismo e Manejo florestal	Serviço Florestal Brasileiro	Sindicato dos Madeireiros e Associação Comunitária de Manejo Florestal	Instituto de Permacultura	Departamento de Eng. Florestal da Universidade
C Indústria			Federação da Indústria e Comércio do Estado	
D Infraestrutura	Secretaria de Obras DNIT			
E Mineração	DNPM	Cooperativa de Garimpeiros Sindicato das Mineradoras		
F Pecuária				
G Pesca				
H Pesquisa				Universidade Instituto de Pesquisa

Fonte: ICMBio, 2014.



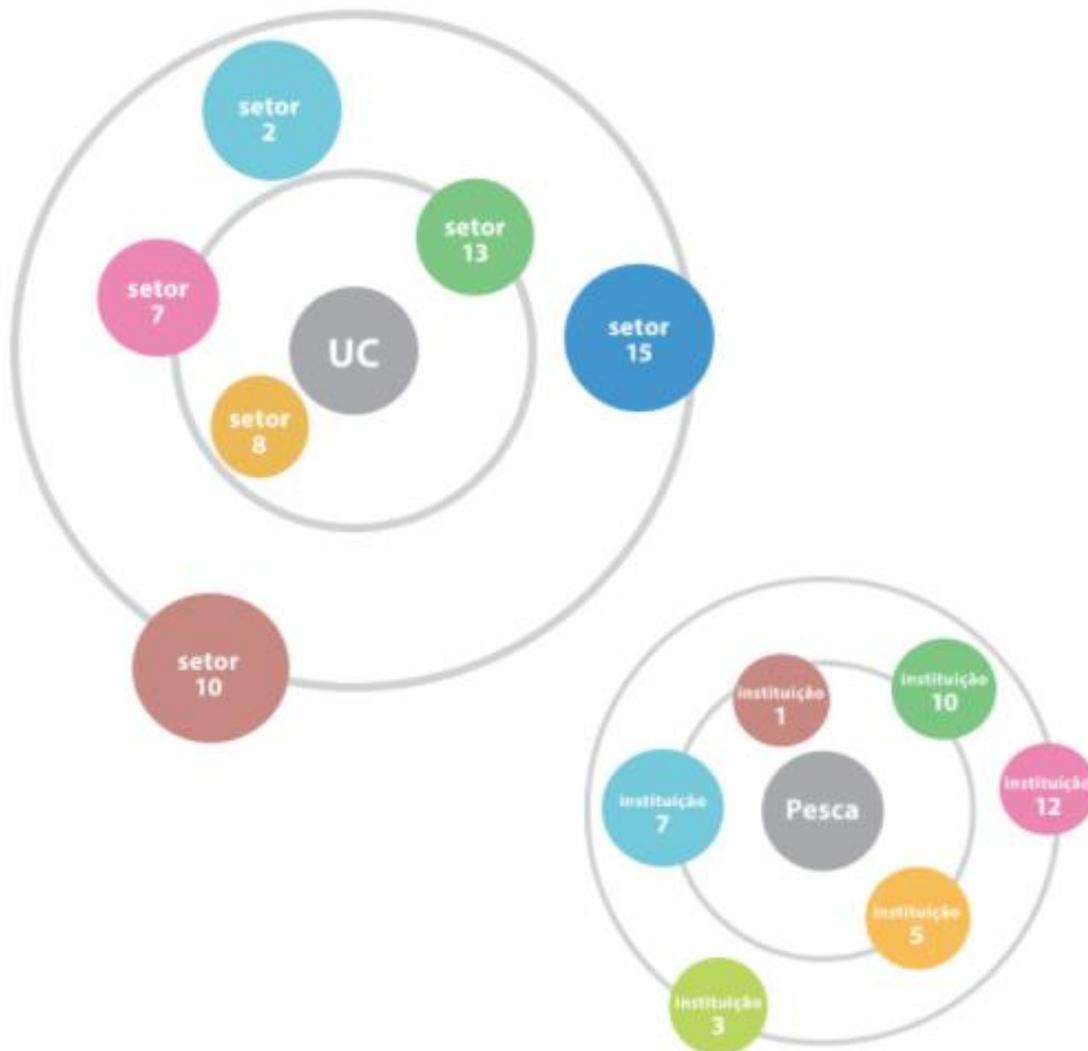
Quadro 6. Exemplo do Diagrama de Venn para apoiar o mapeamento de setores formais e informais da Unidade de Conservação.

Diagrama de Venn

É uma ferramenta que ajuda a identificar quais são os grupos formais e informais que atuam em uma determinada realidade e como eles se relacionam. O resultado é um diagrama composto por círculos dispostos de forma a representar a relação entre eles (FARIA, 2006).

O diagrama permite visualizar quais setores estão mais ou menos relacionados com a Unidade de Conservação e visualizar quais instituições estão mais ou menos próximas em relação a cada uso do território, como a atividade de pesca, por exemplo (ICMBio, 2014).

Exemplificação de um Diagrama de Venn.



Fonte: ICMBio, 2014.



• Quando? Em quanto tempo?

Para que o plano de ação seja efetivo e cumpra seu papel, é preciso desmembrar as ações em etapas com prazos específicos para cada uma. Essa sistematização do processo irá garantir que as atividades do conselho sejam concretizadas de forma organizada, passo a passo, e que todos se mantenham motivados pelos avanços graduais ao longo do processo.

Por exemplo: o Conselho decide que um dos objetivos de seu plano de ação é divulgar a marca da APA no território, para que mais pessoas saibam que frequentam, vivem e trabalham dentro de uma Unidade de Conservação e façam sua parte pelo desenvolvimento sustentável local. Para atingir esse objetivo, será preciso listar diversas atividades, como a divulgação de materiais informativos e a instalação de placas. Essas atividades, por sua vez, demandam etapas específicas para sua execução. Esse detalhamento será fundamental para colocar a mão na massa de forma organizada (Quadro 7).

Quadro 7. Exemplo de plano de ação para a APA de Guadalupe.

Plano de ação				
Objetivo 1	Atividade	Etapas	Responsáveis	Prazo
Divulgar a marca da APA no território	Divulgação de materiais informativos em equipamentos turísticos	Elaborar textos com informações sobre a APA	• IRCOS ...	Dia/Mês/Ano
		Montar cartazes e banners sobre a APA	• Portal Sul Consórcio ...	Dia/Mês/Ano
		Imprimir os cartazes e banners	• CPRH ...	Dia/Mês/Ano
		Selecionar locais estratégicos para divulgação e afixar os materiais informativos	• ADESC • Comunidade quilombola do Engenho Siqueira ...	Dia/Mês/Ano
	Instalação de sinalizações e placas	Elaboração de placas sobre a APA	• CPRH ...	Dia/Mês/Ano
		Aprovação de identidade visual	• CPRH ...	Dia/Mês/Ano
		Instalação de placas em locais estratégicos	• CPRH • Prefeituras Municipais	Dia/Mês/Ano



Para a execução das tarefas, vale lançar mão de câmaras técnicas e grupos de trabalho, que podem ser criados conforme a demanda e necessidade. Esses grupos terão uma agenda paralela à plenária do Conselho e poderão agregar atores externos ao conselho, ampliando sua capacidade de ação (WWF, 2016).

Uma dica importante: elaborar um plano de ação simples aumenta as chances de execução.

- **Como as ações serão monitoradas, avaliadas e revisadas?**

Tão importante quanto elaborar o plano de ação é monitorar o processo e os resultados obtidos e avaliar o alcance das ações. O monitoramento é importante para verificar se os objetivos foram cumpridos e as tarefas executadas adequadamente. A avaliação, por sua vez, permite um olhar crítico sobre todo o processo e resulta na adoção de medidas corretivas ou ajustes para fortalecer ações com resultados positivos.

O monitoramento e a avaliação devem ser feitos e acompanhados por todos os membros do conselho, porque permitem um processo de aprendizado contínuo que resulta em melhorias na dinâmica do conselho. Além disso, sem o monitoramento e a avaliação não se terá informações suficientes para saber se as ações estão sendo eficazes, o que enfraquece o planejamento e a tomada de decisão (WWF, 2016).

Uma ferramenta de apoio nesse processo é a criação de um Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), que serve para o conselho monitorar e avaliar a efetividade da gestão da UC. Esse tema será abordado com mais detalhes no próximo módulo da capacitação.

Transformação de propostas em projetos realizáveis e elaboração de projetos para captação de recursos

Após este amplo levantamento e priorizadas as ações, devem ser elaborados, se necessário, projetos para captação de recursos. Estes podem vir tanto de órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), quanto privados (editais e/ou incentivos fiscais) e de instrumentos tais como emendas parlamentares, recursos de compensações, doações, entre outros.

O importante é a APA possuir bons projetos para captar recursos.

O Conselho deve evitar buscar recursos apenas com base em oportunidades que apareçam, mas ter claro que as ações estejam alinhadas com as necessidades e anseios do Conselho. Dessa forma, sugere-se seguir o caminho em que os projetos visam concretizar ações necessárias para o alcance da missão do Conselho da APA, considerando, portanto, o ciclo de vida do projeto (Figura 4).

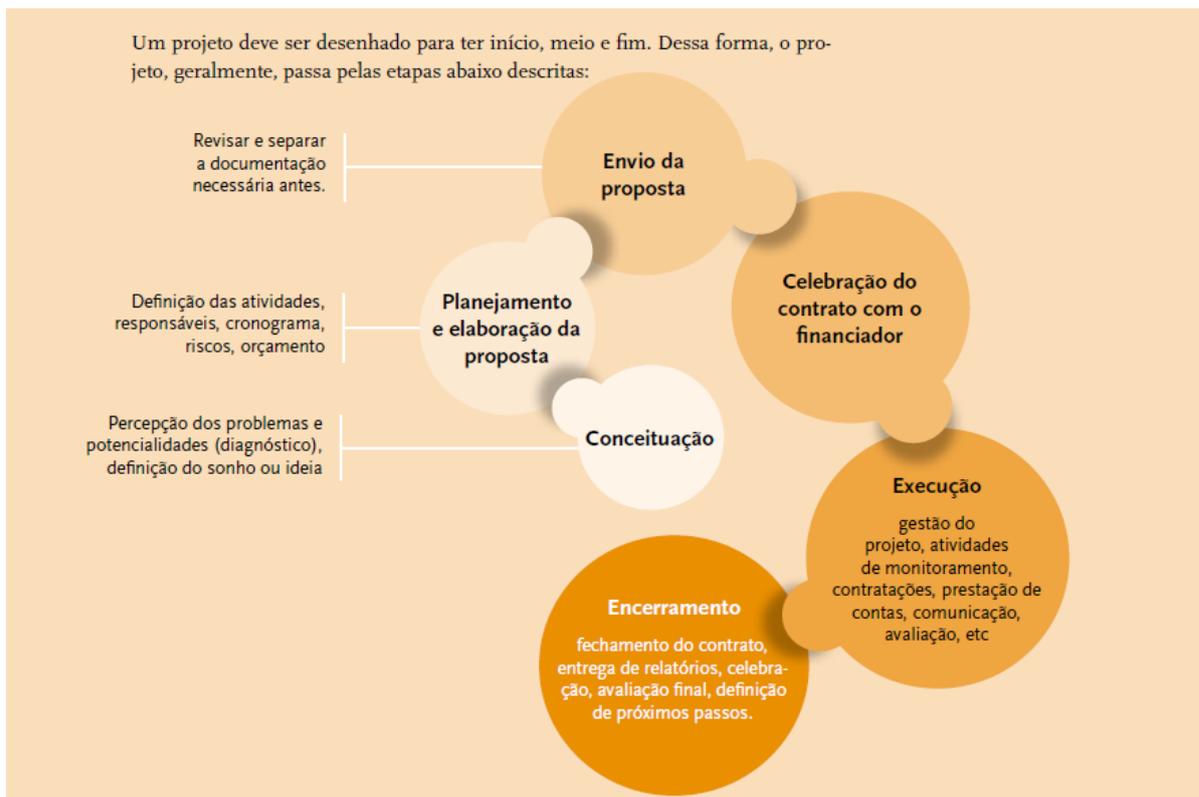


Figura 4. Ciclo de vida de um projeto

Fonte: Silva et al, 2014, p. 09.

Deve-se pensar que tipo de apoio seu projeto precisa e entender como funcionam essas fontes de recursos (Quadro 8). Geralmente o apoio está associado a algum tema como saúde, educação, gênero, jovem, desenvolvimento socioambiental, água, biodiversidade, geração de renda, etc. Tais programas atendem a determinadas áreas geográficas e preocupam-se com determinados resultados e impactos.

Em grande parte dos casos, o apoio se dá por meio de um edital, no qual uma proposta de projeto é encaminhada para concorrência. Neste caso, o projeto deve ser escrito seguindo um roteiro ou formulário disponibilizado pela chamada e encaminhado dentro do prazo estabelecido (Quadro 9). Em outros casos, o financiador está sempre aberto ao recebimento de propostas, o que é chamado de “demanda espontânea”. Por meio de fontes como essas, a APA pode fazer parceria com outras organizações, como os municípios ou ONGs, para enviar projetos e viabilizar recursos para a região.

Quadro 8. Algumas fontes possíveis de recursos

ESTADO	Empresas Públicas	Petrobras, Itaipu Binacional, Companhias de abastecimento de água, Companhias de eletricidade,
--------	-------------------	--



		bancos
	Governos	Governos estaduais, municipais, Ministérios, doações de apreensão da Receita Federal.
	Agências Governamentais	Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Saúde Suplementar.
	Fundos	Do Meio Ambiente, de Direitos Humanos, de Direitos Difusos, estaduais de Meio Ambiente, Fundo Amazônia.
AGÊNCIAS INTERNACIONAIS	Agências bilaterais	Agência de Cooperação Internacional do Japão, Itália, Alemanha, Canadá, França, Espanha
	Agências multilaterais	Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), União Europeia
	Organismos especializados da Organização das Nações Unidas - ONU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
	Embaixadas	Japão, Canadá, Noruega, Austrália.
	Fundações internacionais	Fundação Interamericana, “Foundation Center”, “International Partnership for Human Development”, “European Foundation Center”.
INICIATIVA PRIVADA	Agentes financeiros nacionais	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), BM&F Bovespa
	Empresas privadas	Diversas empresas por meio de ações de responsabilidade socioambiental, de compensação ambiental ou de ajustamento de conduta.
	Bancos	Banco do Brasil, Itaú, HSBC.
	Fundações	Banco do Brasil, O Boticário, Ayrton Senna, Semear.
	Organizações não	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Coordenadoria Ecumênica



	governamentais - Ongs	de Serviço (CESE), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Fundo Socioambiental CASA, Instituto Ethos, Fundo DEMA.
	Indivíduos (pessoas físicas)	Doações, heranças, crowdfunding, rifas, participação em eventos para arrecadação.

Fonte: Silva et al, 2014, p. 10.

Além dessas possíveis fontes de recursos por meio de chamadas e editais, também é interessante destacar iniciativas direcionadas para as Unidades de Conservação, como o Programa de Aceleração de UCs do ICLEI e Sense-Lab, que já abriu três chamadas anteriormente. A abertura de editais é algo muito dinâmico, por isso, recomenda-se monitorar essas fontes sempre que possível¹.

Exemplo de edital específico para Unidades de conservação:

Edital do Programa de Aceleração de UCs.

Fonte: ICLEI/ Sense-Lab.



Quadro 9. Pontos importantes a serem observados ao submeter um projeto a edital.

1. Objetivo do edital: somente monte a sua proposta se ela estiver totalmente alinhada com aquilo que o financiador está disposto a apoiar.	2. Critérios de elegibilidade: se a APA não atende os critérios, quer dizer que o projeto é inelegível, ou seja, ele nem entrará no processo de seleção. Por exemplo, se como critério o edital diz que o projeto deve acontecer no bioma Caatinga, e você enviar um projeto que acontecerá no Cerrado ou na Amazônia, mesmo que tenha a ver com o tema do edital, ele não entrará no processo seletivo.
3. Critérios de avaliação: seu projeto será melhor avaliado quanto mais considerar estes critérios. Portanto, veja se é possível contemplá-los em sua proposta.	4. Valor mínimo e máximo financiável: respeite os valores mínimo e máximo estipulados pelo financiador.

¹ Edital do Programa de Aceleração de UCs – ICLEI/ Sense-Lab: <https://americadosul.iclei.org/aberto-edital-para-patrocinadores-parceiros-e-mentores-do-programa-de-aceleracao-de-unidades-de-conservacao-2022/>



5. Contrapartida: verifique se o financiador pede que a organização apresente contrapartida em seu orçamento.	6. Prazos: não envie propostas fora do limite, a menos que o financiador tenha prorrogado o prazo.
7. Limite de páginas, linhas ou palavras: se o formulário impõe limites para o texto, respeite-os.	

Fonte: Silva et al, 2014, p. 10

Se todos os pontos observados anteriormente indicarem que a proposta é viável, deve-se elaborar uma proposta (Quadro 10), atentando para alguns elementos essenciais, que podem variar de edital para edital.

Quadro 10. Elementos de uma proposta.

Qual o nome do projeto?	Título do projeto (bem sugestivo e inovador)
Como posso falar do projeto em poucas palavras?	Resumo
Quem é a organização?	Trazer uma apresentação detalhada
Onde o projeto será realizado? Qual o contexto socioambiental, cultural e econômico? E como este contexto afeta a comunidade? E os beneficiários? Quais os principais problemas da região? E da comunidade? Quais projetos já foram desenvolvidos para enfrentar esses problemas? Existe política pública relacionada? Funciona?	Contexto da proposta
Quem vai se beneficiar? Quantas pessoas, famílias, comunidades?	Público alvo
Quais os principais problemas que pretende ajudar a resolver? Quais potencialidades e oportunidades existem para a execução do projeto? Qual a importância do projeto no contexto apresentado? Por que o projeto foi proposto? De onde nasceu a ideia? Qual inovação ou diferencial traz?	Justificativa pela qual o projeto deve ser realizado. Tem relação com a importância do projeto



O que se pretende com o projeto de forma geral? De que forma o projeto vai contribuir para a mudança na realidade?	Objetivo geral - geralmente inicia com um verbo.
Quais as mudanças ou resultados concretos o projeto pretende alcançar?	Objetivos específicos
Quais os passos para o alcance de cada objetivo específico?	Atividades
Como as atividades serão realizadas, detalhadamente? Quem irá se envolver?	Metodologia
O que pode dar errado? O que será feito para prevenir o risco? O que será feito caso algo não funcione como previsto?	Riscos
O que vai indicar que o objetivo do projeto foi atingido? Principais metas	Monitoramento e Avaliação
Quais outras organizações vão participar da realização do projeto? De que modo vão contribuir?	Parceiros
Em qual período será realizada cada atividade?	Cronograma
Para cada atividade, quais as despesas/gastos serão necessários? Quanto vou solicitar ao financiador? Quanto será minha contrapartida?	Memória de Cálculo, orçamento e cronograma físico-financeiro

Fonte: Silva et al, 2014, p. 14.



Referências bibliográficas

CURITIBA, Prefeitura Municipal. Modelo colaborativo: experiência e aprendizados do desenvolvimento comunitário em Curitiba. PM de Curitiba; GETS - Grupo de Estudos do Terceiro Setor; United Way of Canada - Centraide Canada. Curitiba: Inst. Mun. de Administração Pública, 2002. Disponível em: <<https://silo.tips/download/prefeitura-municipal-de-curitiba-gets-grupo-de-estudos-do-terceiro-setor-united>>. Acesso em: 12/12/2021.

DRUMOND, M. A. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA, 2009.

DRUMOND, M. A. **Participação comunitária no manejo de Unidades de Conservação. Manual de Técnicas e Ferramentas**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Socioambiental, 2002, 81p.

FARIA, A. A. da C. Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

DANTAS, I.; FRANCA, N. **Elaboração de plano de ação em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, 2006. Disponível em: https://ibase.dev.eopen.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Mosaico_apostila_Plano-de-Acao_EmUnidadesdeConservacao_2006.pdf

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>

SILVA, Elisa Marie Sette; PENEIREIRO, Fabiana Mongeli; STRABELI, José; CARRAZZA, Luis Roberto; **Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária** – Brasília -DF; Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 1ª edição, 2014.

SULAIMAN, S. N.; CARBONE, A. S.; COUTINHO, S. M. V. **Educando entre águas: o convívio entre vida natural e humana na área de proteção ambiental (APA) de Guadalupe**. Recife: CPRH, 2018. 48p. Disponível em: https://www.institutosiades.org.br/pdf/Educando_Entre-Aguas_APA_Guadalupe_Digital.pdf

WWF. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Ciclo de gestão de conselhos de unidades de conservação**. / WWF- Brasília: WWF-Brasil, 2016.



ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DE
GUADALUPE